

# **COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

## **REQUERIMENTO Nº           , DE 2005 (Do Sr. Francisco Turra)**

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural envie Indicação aos Ministros de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, e da Integração Nacional, no sentido de tomarem providências para mitigar os efeitos da estiagem no Rio Grande do Sul.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, sobretudo com a observância da prerrogativa a nós outorgada pelo inciso I do artigo 113 do Regimento Interno desta Casa, proponho a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, se digne de enviar a Indicação em anexo aos Ministros de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, e da Integração Nacional, sugerindo a tomada de uma série de providências no sentido de mitigar os efeitos da severa estiagem verificada no Rio Grande do Sul, desde novembro de 2004.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Vimos acompanhando com extrema preocupação a calamidade enfrentada pelo Rio Grande do Sul nos últimos meses. Trata-se da pior estiagem verificada nos últimos dez anos, atingindo com maior intensidade as regiões norte e noroeste do Estado. A gravidade da situação é bem retratada por levantamento da Defesa Civil, que contabiliza até o momento 337 cidades em situação de emergência, com 15 municípios enfrentando racionamento de água.

Além dos enormes transtornos causados à população urbana, haja vista a restrição de abastecimento de água inclusive na Região Metropolitana de Porto Alegre, é lamentável o drama enfrentado pelos habitantes da zona rural. Com efeito, estudo recente da Emater-RS / Ascar prevê a ocorrência de perdas significativas na produção agrícola e pecuária estadual. O milho é a cultura mais atingida, com perda média de 50% da produtividade, podendo chegar a 90% em casos extremos.

O levantamento contabiliza também perdas importantes para o feijão, soja (20%), hortigranjeiros (40%), fumo (25%) e leite (20-25%), em função do decréscimo da produção de forragem. Até mesmo a cultura do arroz poderá ser afetada, devido à redução dos caudais de água para irrigação.

Diante desse quadro, é fundamental a intervenção rápida e contundente do Governo Federal, sobretudo no âmbito dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, e da Integração Nacional, tendo em conta as previsões meteorológicas desfavoráveis para este e para os próximos anos, na região Sul do Brasil. Assim, convocamos os nobres pares desta Comissão temática a unirem forças conosco para enviar a Indicação em anexo ao Poder Executivo, sugerindo sejam tomadas providências no sentido de atenuar o sofrimento impingido aos produtores gaúchos pelas agruras do clima.

Sala das Comissões,                      de                      de 2005.

**Deputado FRANCISCO TURRA - PP/RS**

# COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

INDICAÇÃO Nº , DE 2005

Sugere aos Ministros de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, e da Integração Nacional, a adoção de medidas administrativas no sentido de mitigar os efeitos da estiagem no Rio Grande do Sul.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional:

Excelentíssimo Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário:

Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, na qualidade de órgão colegiado comprometido com todas as questões atinentes à agricultura brasileira, preocupada em assegurar os meios necessários para o pleno desenvolvimento do meio rural, dirige-se a Vossas Excelências, cada qual no respectivo campo de atuação, para **expor e reivindicar** o seguinte:

1. Estamos acompanhando com extrema preocupação a pior estiagem enfrentada pelo Rio Grande do Sul nos últimos dez anos, que atinge com maior intensidade as regiões norte e noroeste do Estado. Levantamento da Defesa Civil contabiliza até o momento 337 cidades em situação de emergência, com 15 municípios enfrentando racionamento de água. Assim, vimos solicitar a Vossas Excelências as providências necessárias para que essa grave situação seja formalmente reconhecida pelo Poder Executivo Federal, condição esta indispensável para a liberação de recursos necessários à atenuação dos prejuízos econômicos do Estado.

2. Segundo levantamento da Emater-RS / Ascar, há previsão de perdas significativas na produção agropecuária. O milho é a cultura mais atingida, com perda média de 50% da produtividade. São também esperadas importantes perdas nas culturas de feijão, soja (20%), fumo (25%), além de hortigranjeiros (40%) e leite (25%). A cultura do arroz também poderá ser afetada pela redução da disponibilidade de água para irrigação. Há notícia de que já foram encaminhadas aos bancos 30 mil solicitações de perícias do Proagro, boa parte delas referentes à cultura do milho. Considerando que muitos desses produtores

atingidos pertencem ao estrato de agricultores familiares, vimos solicitar apoio para a liberação imediata dos recursos do Seguro da Agricultura Familiar (o chamado Proagro Mais) àqueles que sofreram perdas superiores a 30%.

3. Considerando as previsões de perdas já comprovadas, tanto para as principais lavouras de grãos quanto para a pecuária leiteira, é de se esperar que os produtores rurais encontrem-se em situação econômica vulnerável, no que concerne aos preparativos para a próxima safra. Dessa forma, vimos solicitar a imediata prorrogação dos débitos referentes a financiamentos de custeio e investimento realizados para a safra em curso, com o fito de evitar prejuízo maior à economia do setor rural do Estado.

4. É de se louvar o esforço do Governo do Estado, que já teria investido R\$ 6 milhões de reais na tentativa de amenizar os problemas causados pela estiagem. Todavia, considerando que, além da redução da disponibilidade de água para os processos produtivos, há também sérias restrições ao abastecimento doméstico, vimos solicitar a intervenção do Governo Federal para potencializar as ações necessárias à perfuração de poços artesianos destinados à regularização do abastecimento hídrico.

5. Por fim, dada a importância da produção rural para o universo da economia, é fácil prever que a situação calamitosa enfrentada pelos agricultores pode gerar reflexos negativos no meio urbano. Isso porque a queda na produção agrícola causa desabastecimento e possível repique inflacionário em razão da diminuição da oferta de alimentos. Portanto, entendemos pertinente a ação conjunta dos ministérios envolvidos, cada qual em sua área específica de atuação, com o fito de viabilizar os meios materiais necessários para que os agricultores não reduzam suas lavouras na próxima safra.

Sala das Comissões, em                      de                      de 2005.